



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.18, nº 01 / jan-jun 2024, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

COOPERATIVISMO CAMPONÊS ENTRE A EMANCIPAÇÃO E A ADAPTAÇÃO: O CASO DA COOPERATIVA (COFRUTA) DE ABAETETUBA-PA

PEASANT COOPERATIVISM BETWEEN EMANCIPATION AND ADAPTATION: THE CASE OF THE COOPERATIVE (COFRUTA) IN ABAETETUBA-PA

André Carlos de Oliveira Rocha, Doutorando, Ineaf - UFPA, agro.andre@yahoo.com.br;

Philippe Jean Louis Sablayrolles, Doutor, Ineaf - UFPA, philippejean@ufpa.br;

William Santos de Assis, Doutor, Ineaf - UFPA, williamassis@ufpa.br;

Resumo

Este artigo é parte do resultado da dissertação de mestrado. No movimento cooperativista no Brasil, observa-se duas correntes distintas, uma de lógica empresarial, outra de lógica popular-solidária. Este trabalho analisou a Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba (Cofruta), pelas categorias da economia solidária e pelos princípios clássicos do cooperativismo. Nessa pesquisa qualitativa foram feitas observações diretas, entrevistas semiestruturadas, fotografia e revisão bibliográfica. A partir da elaboração de um modelo analítico tipificando cooperativismo tradicional e cooperativismo popular solidário, analisou os indicadores, em três categorias: a) trabalho; b) solidariedade; c) gestão. Uma quarta categoria, elemento central de definição da Economia Solidária, é o resultado de como as três categorias anteriores se apresentam na prática; d) emancipação. Como resultado, na Cofruta, tem-se que o trabalho é realizado por sócios(as) trabalhadores(as), indicados pelo conjunto de sócios(as), e participando das decisões. A tomada de decisão compreende três instâncias atuantes: diretoria, conselho administrativo com representação dos grupos locais, e da assembleia geral. Conclui-se que a cooperativa em questão transita entre as duas correntes, tendendo para o cooperativismo popular e solidário.

Palavras-chave

Campesinato, Agricultura Familiar, Economia Solidária.

Abstract

This article is part of the result of the master's thesis. In the cooperative movement in Brazil, two distinct currents can be observed, one of business logic, the other of popular-solidarity logic. This work analyzed the Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba (Cofruta), through the categories of solidary economy and through the classic principles of cooperativism. In this qualitative research direct observations, semi-structured interviews, photography and bibliographic review were made. From the elaboration of an analytical model typifying traditional cooperativism and solidary popular cooperativism, it analyzed the indicators, in three categories: a) work; b) solidarity; c) management. A fourth category, a central element in defining the Solidarity Economy, is the result of how the three previous categories are presented in practice: d) emancipation. As a result, at Cofruta, the work is carried out by working partners, indicated by the group of partners, and participating in the decisions. Decision-making comprises three active instances: the board of directors, the administrative council with representation of local groups, and the general assembly. It is concluded that the cooperative in question transits between the two currents, tending towards popular and solidary cooperativism.

Keywords

Peasantry, Family Farming, Solidarity Economy.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte do resultado da dissertação de mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF), da Universidade Federal do Pará (UFPA), em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) – Amazônia Oriental.

As cooperativas agrícolas, mais especificamente as ligadas ao campesinato, são analisadas por Chayanov (2017), considerando o papel desta forma de cooperação agrícola na solução de problemas econômicos dessa classe, na realidade da União Soviética, em 1919.

O conhecimento aprofundado do contexto por parte de Chayanov, possibilitou produzir uma obra de densidade empírica, sendo que o livro, como afirma Schneider (2017, p. 10), “é um guia essencial para se compreender o lugar e o papel do cooperativismo para o futuro do desenvolvimento rural brasileiro”.

Para se entender o cooperativismo camponês no Pará, é fundamental estudar casos que possibilitem conhecer a trajetória, as concepções e as contradições das cooperativas camponesas da região. Por esse motivo, decidiu-se por realizar a pesquisa com uma cooperativa camponesa na Região Geográfica Intermediária de Belém, para que se pudesse analisar qualitativamente a mesma.

Essa pesquisa tem importância por ser um estudo aprofundado de uma organização econômica, a fim de compreender a agricultura camponesa (ou parte dela) no contexto amazônico do século XXI, a partir do “vínculo com a realidade, ou a vivência de experiências históricas reais podendo ajudar a alterar uma visão que talvez impeça a própria formulação de novas questões de pesquisa” (Caldart, 2014, p. 164). Espera-se contribuir com o movimento cooperativista camponês paraense, para que, conhecendo e refletindo sobre sua trajetória, concepções e contradições, possa elaborar estratégias que superem suas limitações e direcionam suas ações de acordo com suas concepções de mundo. Para que se possa, como afirma Carvalho (2014), construir um projeto de campo para o país que inclua como protagonista o campesinato. Quiçá um projeto camponês amazônico.

Problematizando a temática, cabe lembrar que o surgimento do cooperativismo, se dá na Europa durante a Revolução Industrial no início do século XIX, como estratégia de organização dos(as) trabalhadores(as) para combater as consequências da exploração



capitalista a que estavam submetidos(as) (Rios, 1987; Singer, 2003, 2012; Pinho, 2004).

Esse movimento cooperativista se desenvolve sob contradições, chegando ao Brasil no final do século XIX. Estudando a trajetória do cooperativismo no Brasil, Chiariello (2008) mostra que aqui se desenvolveram duas correntes distintas, uma de lógica empresarial, com viés exclusivamente de maximização das sobras e das fatias de mercado, e outra dita popular, de lógica solidária, com viés nos objetivos sociais.

Nesta segunda perspectiva, popular, baseada na economia solidária, o cooperativismo pode ser caracterizado por três categorias: a) o trabalho, o qual é associado e orientado para satisfação das necessidades humanas, b) a autogestão, que abrange tanto a organização do trabalho, quanto a participação e o controle democrático nas decisões, e c) a solidariedade, na perspectiva de todos os tipos de ajuda mútua (Singer, 2003; França, 2001). Esse tipo de cooperativismo, que visa a emancipação do trabalho e baseia-se na autogestão, não produz objetivando a reprodução do capital, mas tem por fim as lógicas social e econômica integradas (Benini *et al.*, 2008).

Os trabalhos como os de Reis (2002), Farias (2014), Rodrigues (2009), Santos (2012), Souza (2009) e Santos (2016) contribuem na tentativa de compreensão do cooperativismo camponês paraense, com recortes geográficos bem localizados, estudando, geralmente, apenas uma cooperativa cada.

Neste trabalho, analisou-se a Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba (Cofruta), dentre outros elementos, pelas categorias da economia solidária e pelos sete princípios clássicos do cooperativismo, defendidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), bem como de que maneira as relações de trabalho foram desenvolvidas historicamente, além da gestão, das práticas de solidariedade e de suas perspectivas de emancipação.

Pelas análises de Benini *et al.* (2012) e Silva (2018), pode-se considerar que ambas as correntes, como tipos ideais, podem ser diferenciadas quanto ao trabalho, à gestão e à solidariedade. Sendo que o trabalho associado, e não alienado, é o que caracteriza a corrente solidária e popular, ao passo que o trabalho individual e assalariado, alienado, está presente no cooperativismo de cunho tradicional e empresarial. Quanto à autogestão, ela é o modo de gestão das cooperativas solidárias e populares, sendo a heterogestão uma característica do cooperativismo tradicional e empresarial. Em último ponto, organizações cooperativas solidárias e populares devem contemplar a solidariedade, interna e externa, em seus princípios e funcionamento, ao passo que as cooperativas tradicionais e



empresariais não estão preocupadas com esses processos solidários.

Essas reflexões levam à seguinte pergunta: Como se caracteriza uma cooperativa camponesa, considerando as lógicas do cooperativismo tradicional e do cooperativismo popular, ligado à economia solidária? Para responder a essa pergunta, este trabalho teve como objetivo analisar a trajetória, concepção e contradições da Cofruta, à luz de um modelo analítico desenvolvido para este fim.

METODOLOGIA

Para esta investigação foi utilizada a pesquisa do tipo qualitativa, com abordagem indutiva, que a partir de dados particulares infere um conhecimento mais amplo (Brumer *et al.*, 2008). Realizou-se um estudo de caso de uma cooperativa, no segundo semestre de 2019, analisando algumas categorias e alguns indicadores relacionados à Economia Solidária, que serão apresentados mais adiante. Foram feitas observações diretas, no mês de setembro de 2019, durante uma semana no dia a dia da cooperativa, em visita à agroindústria e em duas atividades coletivas, uma reunião ampliada dos(as) sócios(as) e uma reunião com um grupo de colombianos, organizada por uma organização não governamental (ONG) de intercâmbio.

Esse acompanhamento do cotidiano da cooperativa teve o intuito de identificar, segundo Becker (1994), conflitos e contradições. A observação direta, o olhar e o ouvir (Oliveira, 1996), foi utilizada como forma de apreender os fenômenos sociais para construção do saber científico.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com dois dirigentes e três sócios(as) não dirigentes, além de duas entrevistas históricas. Foi construído um quadro histórico-analítico a partir da metodologia de linha do tempo. Essa técnica de coleta de dados deveria ter sido realizada coletivamente, porém, a cooperativa havia feito sua linha do tempo recentemente, sendo os dados aproveitados nesta pesquisa e em diálogo com uma dirigente.

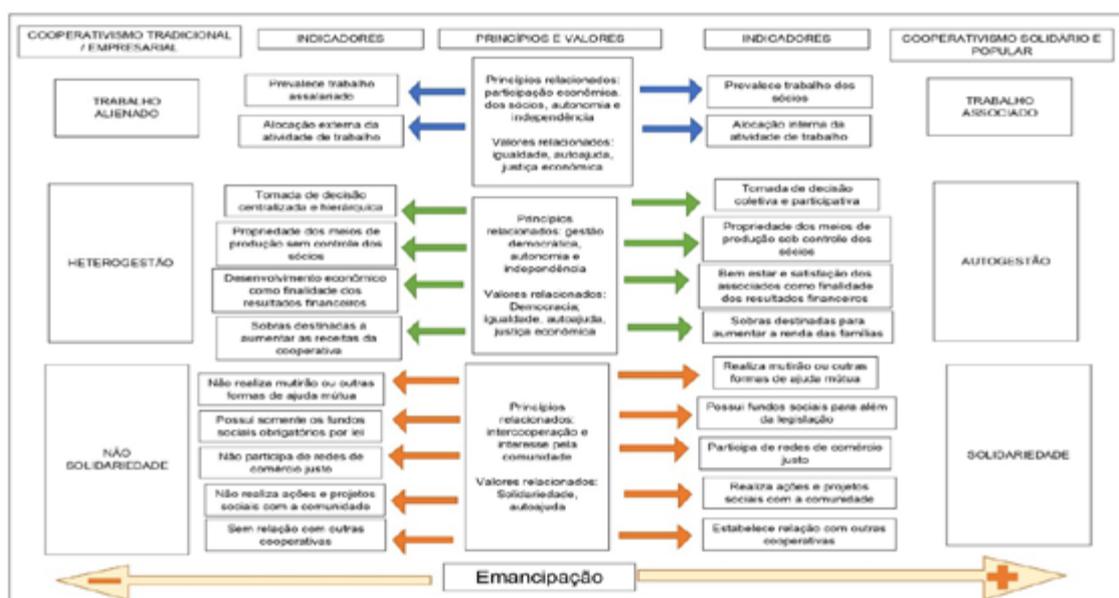
A pesquisa foi complementada com imagens (fotografias), que favorece a captura de ações temporais e acontecimentos da materialidade da práxis (Loizos, 2008), nesse caso, da cooperativa.

Os indicadores analisados permitiram interpretar a situação da cooperativa frente aos dois modelos de cooperativismo. Essa análise foi feita a partir de categorias e in-



indicadores definidos *a priori*, a partir do debate acadêmico, e observados empiricamente. Foram utilizadas quatro categorias, sendo as três primeiras retiradas de Benini *et al.* (2012) e Silva (2018), são elas: a) trabalho; b) solidariedade; c) gestão e d) emancipação. Com o entendimento de que a emancipação, enquanto elemento central de definição da Economia Solidária, é o resultado de como as três categorias anteriores se apresentam na prática, por isso não entra no quadro de análise (Figura 01) proposto com indicadores, mas como tendência.

Figura 01 – Modelo analítico tipificando cooperativismo tradicional e cooperativismo popular solidário.



Fonte: Elaboração própria.

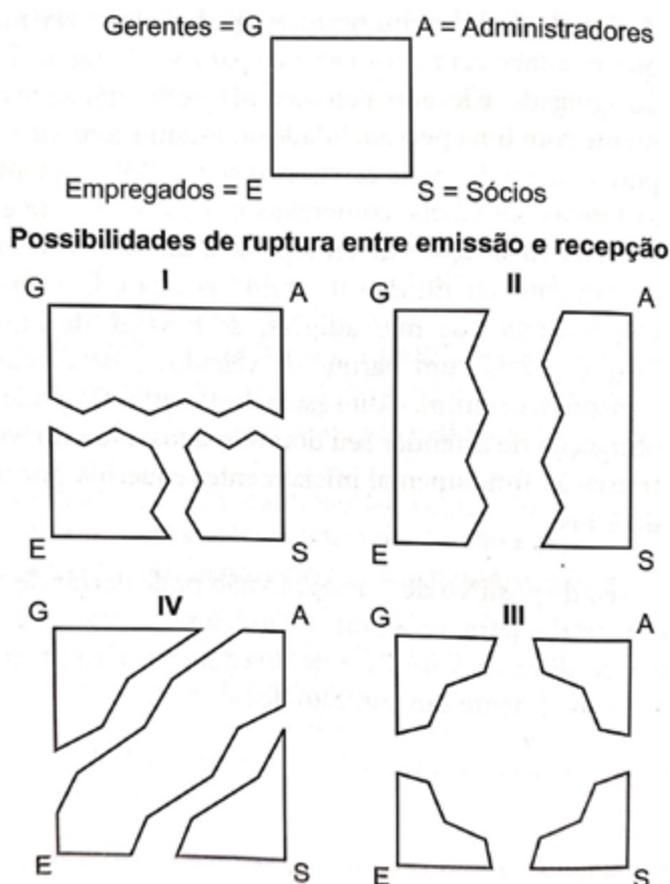
A categoria trabalho envolve o trabalho alienado, no polo empresarial, e o trabalho associado, no polo solidário. Sendo cada uma delas, definidas por dois indicadores. A análise da gestão tende em heterogestão, de um lado, e autogestão, de outro. Nesse caso, cada uma possui quatro indicadores. A categoria solidariedade é analisada a partir de cinco indicadores em cada polo.

Aplicado na realidade de uma cooperativa, esse quadro possibilita, sem uma pontuação, obter uma gama de combinações, as quais irão indicar a tendência, ou não, de um processo emancipatório a partir das ações cotidianas dessa organização econômica e social conduzida por camponeses(as).

Para Freitas (2007), esse método permite compreender a realidade e suas contradições, a partir de conceitos e categorias realizadas na prática social. Isso possibilitou confrontar os dados primários obtidos com dados secundários mais amplos, no caso, do ramo agropecuário do cooperativismo. Esses dados foram sistematizados e analisados de forma horizontal e vertical. A leitura horizontal dos dados se dá, dentro de uma mesma entrevista, ou contexto. Já na leitura vertical, os dados são comparados entre as diversas entrevistas.

Também foi realizada uma análise das relações democráticas e dos conflitos na cooperativa, a partir da proposta de uma estrutura-tipo de Desroche (2006), a qual é composta por quatro atores principais (sócios, empregados, administradores e gerentes) e é representada pelo que o autor denominou de quadrilátero cooperativo (Figura 02). Nessa estrutura-tipo existem algumas possibilidades de rupturas nos processos democráticos.

Figura 02 – Quadrilátero cooperativo de Desroche, com a estrutura-tipo e suas possíveis rupturas da democracia interna.



Fonte: Desroche, 2006.

Desroche (2006, p. 135) aponta que o funcionamento das relações entre esses grupos representados acima não é automático, sendo que “a chave para a democracia cooperativa é precisamente estabelecer comunicações, ou mesmo convergências, entre esses quatro polos”.

O autor também discorre que esses quatro tipos de sujeitos aparecem com o crescimento das cooperativas, podendo em cooperativas menores, ou em cooperativas de produção, o quadrilátero ser reduzido a um triângulo (Desroche, 2006). É o caso das cooperativas camponesas, ao menos na que foi estudada nessa pesquisa.

BREVE HISTÓRICO DA COFRUTA

No dia 03 de março de 2002, foi fundada, no município de Abaetetuba, uma cooperativa de ribeirinhos(as) e agricultores(as) familiares, a Cofruta (Fotografia 01). Na época, contou com a assessoria da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Depois, filiou-se à União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES). Atualmente, possui 87 sócios. É fruto de um movimento social e sindical, especificamente, da associação de agricultores(as) e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba (STTR/Abaetetuba).

Fotografia 01 – Escritório em prédio alugado, em frente ao STTR de Abaetetuba.

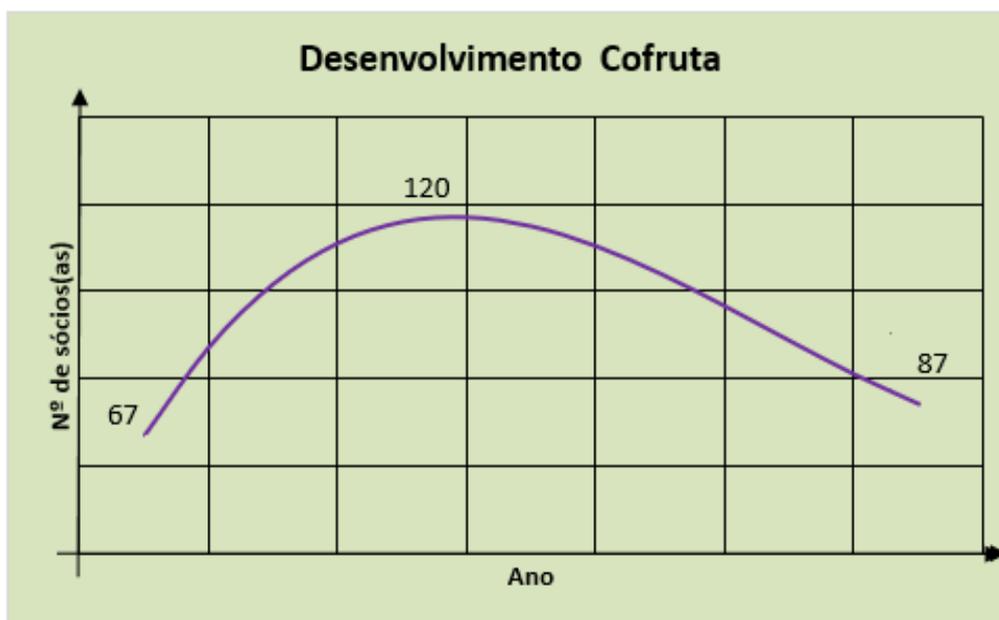


Fonte: Trabalho de campo, 2019

A história da criação da Cofruta, portanto, vem da organização dos(as) trabalhadores(as) rurais em torno das lutas sindicais. Conforme depoimento de um entrevistado, “a história da cooperativa começou bem antes dela ser criada, porque quando a Fase¹ veio pra cá pra organizar os trabalhadores rurais pra tomar o sindicato de um outro grupo que não tinha trabalho com a categoria” (A. F. S., 58 anos, sócia diretora da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019). Vale ressaltar que esta relação entre cooperativismo e sindicalismo é geralmente benéfica (Andrade; Assumpção, 2014).

A Cofruta também teve um aumento seguido de um decréscimo no número de sócios(as), se for observada sua linha do tempo (Gráfico 01). Esse pico pode ser explicado pelo estabelecimento de relação comercial com a empresa Natura e pela construção da unidade de beneficiamento de sementes na planta agroindustrial. Não foi possível identificar o motivo do decréscimo no período seguinte.

Gráfico 01: Desenvolvimento da Cofruta em relação ao número de sócios(as).



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

1 A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) é uma ONG, fundada em 1961, com atuação em seis estados de quatro regiões do Brasil (exceto região Sul). Abrange as áreas de direitos humanos, ambiental e democracia, junto às organizações e movimentos sociais.

ANÁLISE DA TRAJETÓRIA, CONCEPÇÕES E CONTRADIÇÕES DA COFRUTA

Considerando o modelo analítico adotado (Figura 01) para este estudo, aplicou-se na situação concreta da práxis da Cofruta. Disso, gerou-se o quadro 01, a seguir, no qual expressam os indicadores observados no cotidiano da cooperativa estudada.

Quadro 01: Modelo analítico simplificado da Cofruta.

COOPERATIVISMO EMPRESARIAL	CATEGORIAS	COOPERATIVISMO POPULAR E SOLIDÁRIO
	Trabalho	Prevalece o trabalho dos(as) sócios(as).
		Alocação interna da atividade de trabalho.
	Gestão	Tomada de decisão coletiva e participativa.
		Propriedade coletiva de meios de produção e sob controle dos sócios.
		Bem-estar e satisfação dos(as) associados(as) como finalidade dos resultados financeiros.
		Sobras destinadas para aumentar a renda das famílias.
Não realiza mutirão e outras formas de ajuda mútua	Solidariedade	
Possui somente os fundos sociais obrigatórios por lei		Fornece empregos para sócios-as
		Participa de redes de comércio justo
Não realiza ações e projetos sociais com a comunidade		
		Estabelece relação com outras cooperativas

Fonte: Elaboração própria, 2022.

O trabalho da maioria dos(as) sócios(as) se dá de modo individual na propriedade, sendo que alguns realizam trabalho coletivo na agroindústria ou de assistência técnica junto aos agricultores, que são remunerados(as) por *pro labore*. O cooperado que realiza

esse trabalho de assistência técnica, C. C. B. (47 anos, sócio fundador da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019), explica sua atividade:

[...] uma parte do meu tempo eu dou assistência para os agricultores, principalmente na área que a gente comercializa muita semente. Aí eu mais o coordenador de produção a gente vai e dá treinamento, ou a gente faz as estufas de secagem, a gente faz a parte de manejo, principalmente do muru-muru, das touceiras do muru-muru, do açaí também. A gente orienta nessa parte e fica acompanhando o processo de secagem de semente.

O trabalho é decidido na unidade familiar a partir das demandas da cooperativa, as quais vêm do mercado, sejam das empresas ou das instituições públicas que a Cofruta estabelece relações comerciais. Situação similar foi analisada por Ploeg (2008) e denominada de autonomia relativa. O trabalho na agroindústria (Fotografia 02) é decidido coletivamente segundo demanda de mercado e disponibilidade dos(as) sócios(as) para trabalhar na mesma, os quais passam por um processo de capacitação.

Diante das demandas, a gente faz um planejamento pra cada atividade. Aí já tem um pessoal treinado, capacitado pra isso. A cooperativa se preocupa muito com isso. A gente tem pessoal capacitado, com documento, carteira de manipulador², de saúde. Aí dentro do planejamento a gente chama essas pessoas pra poderem executar os serviços aqui dentro das unidades. (R. B. A., 59 anos, sócio fundador da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019).

Fotografia 02 – Agroindústria da Cofruta, setor de processamento de fruta e setor de beneficiamento de sementes.



Legenda: A: área interna do setor de processamento de fruta; B: área externa com paiol do setor de beneficiamento de sementes.

Fonte: Trabalho de campo, 2019.

2 Carteira de manipulador de alimentos, a qual é emitida pela vigilância sanitária do município de Abaetetuba – PA, e exigida para pessoas que trabalham com manipulação de alimentos.

Por mais avançadas que sejam as relações e a organização do trabalho na Cofruta, no sentido da busca pela emancipação, orientadas pela autogestão, a mediação ainda é feita, fundamentalmente, pelo valor de troca. Benini *et al.* (2012) defendem que é necessário ir além do imediato da sobrevivência, criando uma práxis de solidariedade orgânica.

A Cofruta não possui uma frequência regular de reuniões dos sócios com a diretoria, acontecendo sempre que há alguma questão a ser decidida e encaminhada. As reuniões da diretoria também não possuem frequência determinada e a assembleia geral é anual. Os planejamentos são realizados com a diretoria, conselho fiscal e coordenadores de grupos de base ou setores³, como a cooperativa denomina. Observou-se que algumas pessoas dominam os debates dos temas/questões a serem decididas, porém, existe uma preocupação com a participação e compartilhamento da informação.

Quando é decisão urgente, a diretoria que tem que tomar, não tem tempo de tá chamando os cooperados. E têm as reuniões e tem as assembleias. [reuniões da diretoria] quando a gente tem mais tempo, a gente sempre tá discutindo. Esses encontros [reunião mais ampla com os cooperados] com os setores. (A. F. S., 58 anos, sócia diretora da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019).

A diretoria assume um papel executivo, mas também deliberativo quando necessário. Os grupos de base, os quais são divisões territoriais criadas pela cooperativa, respeitam a geografia local sendo identificados pelos nomes dos rios e um grupo chamado estrada (localizado em área de terra firme). O objetivo é socializar as informações, permitir a participação de mais pessoas nas discussões e decisões, ao facilitar o encontro dos pares. O conselho administrativo da Cofruta é composto pela diretoria mais os coordenadores dos grupos de base, é o espaço privilegiado de tomadas de decisão.

O planejamento da cooperativa traz a herança da organização sindical, através da discussão com os núcleos, ou setores, como a Cofruta denomina. Um dos cooperados relata, “eu considero o planejamento [trienal] como uma parte democrática da cooperativa. A gente pega mais as lideranças, os coordenadores de setores, o conselho administrativo, o conselho fiscal, a diretoria e alguns agricultores” (C. C. B., 47 anos, sócio fundador da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019). Esse planejamento trienal é outro sinal forte

3 Os setores são divisões geográficas, estabelecidas pela cooperativa, que agrega certo número de famílias. Tem como objetivo facilitar e democratizar a circulação de informações e tomada de decisão. São seis os setores, quatro englobando as ilhas e dois com acesso por estrada. É o dispositivo de governança que garante uma maior participação dos sócios nas tomadas de decisões.



de governança democrática, ao mostrar uma regularidade na discussão e debate em termos estratégicos com ampla participação, ou seja, permite discutir a realização do projeto coletivo em função da evolução do contexto em que está inserida a cooperativa.

O presidente da cooperativa explica como funciona a questão dos núcleos ou setores:

Que a cooperativa é dividida em seis núcleos, dois de estrada e quatro de ilha. Tem que ter representação dos seis núcleos e mais o pessoal da direção e o pessoal de fábrica. Esses núcleos têm um coordenador que faz parte do conselho administrativo, ele é eleito anualmente. Então na primeira reunião de cada ano ele precisa ser eleito, pra mais um mandato, ou um primeiro mandato, depende muito da escolha do próprio setor. Porque é o próprio setor que escolhe, indica e elege aquela pessoa. (R. B. A., 59 anos, sócio fundador da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019).

Em uma análise mais superficial, a estrutura decisória carrega uma lógica de democracia representativa, na qual se delega o poder de decisão ao conselho administrativo. Contudo, um olhar mais a fundo, pode observar uma tentativa de buscar uma democracia mais participativa, marcada em dois elementos: as reuniões amplas para socialização das ações e decisão dos preços, por exemplo, além do espaço de reunião dos grupos, facilita a participação de um maior número de sócios(as), se considerarmos geografia de rios e ilhas da região.

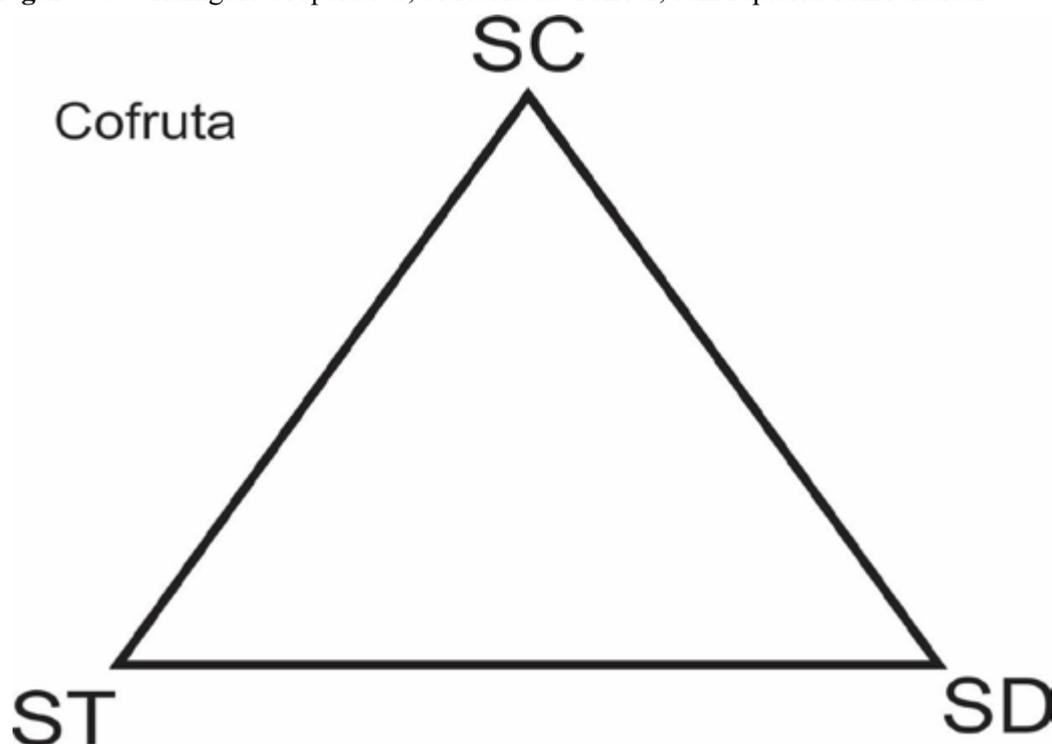
A cooperativa possui uma agroindústria que, juntamente com o caminhão, está sob o controle dos sócios trabalhadores e diretoria, porém pode-se perceber uma interferência externa sobre normas técnicas (principalmente da Natura), pois nesse caso a empresa orienta os produtos, procedimentos e estruturas a serem construídas, de seu interesse, através de técnicos próprios e que mantêm presença frequente na fábrica. Pelo porte e pela linha de produção da empresa, essa ação é uma exigência para garantir o êxito do processo industrial da mesma. O trabalho coletivo é importante no sentido de gerar identidade e pertencimento a um grupo, o que faz com que o indivíduo se veja como parte de uma coletividade mais ampla (Iasi, 2006), mas nesse caso em que algumas atividades são orientadas, ou padronizadas, por outra empresa, já que constitui somente uma parcela do processo de trabalho.

Um dirigente explica sobre quem decide quem vai trabalhar na agroindústria, “a

cooperativa faz uma avaliação das pessoas que tem uma certa disponibilidade e tenha uma certa facilidade de acesso à unidade, porque ela não tem espaço físico para as pessoas ficarem durante a semana.” (R. B. A., 59 anos, sócio fundador da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019).

Desta forma, não foram observadas rupturas nas relações democráticas na Cofruta, ficando elaborado o triângulo cooperativo na estrutura a seguir (Figura 03). Mais uma vez, nos vértices encontram-se os agentes que compõem a cooperativa, no caso aqui estudado, o(a) sócio(a) camponês(a), o(a) sócio(a) dirigente e o(a) sócio(a) trabalhador(a). Não contém linhas pontilhadas, pois não se observou ruptura nas relações democráticas nas tomadas de decisão da Cofruta.

Figura 03 – Triângulo cooperativo, estrutura da Cofruta, sem rupturas democráticas.



Legenda: SC: Sócio(a) camponês(a); SD: Sócio(a) dirigente; ST: Sócio(a) trabalhador(a). Fonte: adaptado de Desroche (2006).

A finalidade dos resultados financeiros da cooperativa é para investimento e aumento da renda repassada aos (às) sócios(as). Por isso, as sobras são divididas, sempre que as condições de mercado permitem, em 50% para os(as) sócios(as) e 50% para a cooperativa. A novidade desenvolvida pela Cofruta é que isso é feito no momento do ato

cooperativo (no fornecimento da matéria-prima), e não como restituição ao final do ano, ou seja, é um aumento de preço e não a restituição das sobras de fato, por mais que o sentido seja o mesmo, ou seja, quem mais participa economicamente da vida da cooperativa, mais tem retorno financeiro.

Em um funcionamento dito normal, as sobras são divididas ou destinadas ao final do exercício fiscal, o que permite aumentar o capital de giro. Segundo Anderle e Baggio (2016), essa destinação se dá de diversas maneiras, podendo atender ao desenvolvimento da cooperativa ou apoiar atividades outras, bem como a redistribuição entre os(as) sócios(as) das sobras, neste caso, sempre na proporção das operações realizadas.

A cooperativa não realiza ações e projetos sociais, nem realiza mutirão ou outras formas de ajuda mútua. Tal dificuldade deve-se dar pela distribuição geográfica, já que muitas comunidades são em ilhas. É necessário relativizar, pois os(as) cooperados(as) estão imersos em realidades onde essas práticas são atribuições de outras instituições, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), as igrejas, sindicato e associações. As ações solidárias acontecem à nível local, nas comunidades, porém sem iniciativa da cooperativa, como relata R. B. A. (59 anos, sócio fundador da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019):

De forma organizada isso não aparece no nosso planejamento, nem nas nossas atividades. Mas de forma assim mais individual, tem bastante isso, nas comunidades, entre as pessoas. Mas de forma organizada e coletiva da própria cooperativa, ele não é bem evidente isso.

A Cofruta possui os fundos sociais obrigatórios por lei, sendo que reservam parte das sobras para um fundo de investimento. Quanto à rede de comércio, a Cofruta participava de uma rede de economia solidária, mas não tem mais participado. “A gente chegou a participar, mas chegou um tempo que não foi mais. A de economia solidária. Porque também foi parando. Através da Unicafe, que eles organizaram” (A. F. S., 58 anos, sócia diretora da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019). Atualmente está inserida em outra rede, “nós temos participado de uma rede chamada Rede Jirau⁴, que tá mais pra ali pro lado de Cametá. A gente tem ido pra algumas reuniões, tomado algumas decisões junto

4 A Rede Jirau de Agroecologia é uma articulação de organizações como associações, cooperativas, empresa privada, por exemplo a Natura, instituição ensino, como por exemplo o IFPA *campus* Cametá, que vem trabalhando na construção do conhecimento agroecológico. “Organizativamente, ela se evidencia como uma rede multidirecional, pois denota uma dinamicidade aparente, com processos decisórios horizontalizados e descentralizados” (SANTOS; BENJAMIN, 2018, p. 105).



com os parceiros aí, cooperativas, ONG e empresas” (R. B. A., 59 anos, sócio fundador da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019)

As intercooperações estabelecidas pela Cofruta se limitam às relações comerciais de compra e venda com outras cooperativas da região, principalmente dos municípios de Barcarena e Igarapé-Miri, não abrangendo outros aspectos como pontuam Konzen e Oliveira (2015).

Sobre as novidades, além do modo como fizeram para dividir as sobras para o momento da compra da produção dos(as) cooperados(as), tem a preocupação com o modelo de agricultura, com sistema de produção. Assim, incentivam os Sistemas Agroflorestais (SAF) e a Agroecologia. O presidente fala que a cooperativa foi “buscando criar algumas alternativas, e já têm algumas em evidência, que são os sistemas agroecológicos” (R. B. A., 59 anos, sócio fundador da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019). Percebe-se aqui, um esse deslocamento de um pensamento econômico para um pensamento socioambiental e econômico.

Essa inovação é, nas palavras de um cooperado fundador, “a própria forma de produzir, que tá dentro da questão agroecológica” (E. K., 64 anos, sócio da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019). Discursa ainda:

Hoje, quem seguiu as orientações da cooperativa e das organizações das quais a gente participa, que questionamos o modelo que a assistência técnica oficial (...), quem seguiu os ensinamentos que os nossos técnicos passaram, (...) hoje tá melhor do que quem fez em sistema diferente. (...) Produz mais e tem outras fontes de renda. Quem tem os sistemas agroflorestais, têm diversificação de renda. São lições que a gente tirou e também foi construindo, e levando para os nossos cooperados, pra melhorar a questão da produção e diversificar, também, a questão da produção. (E. K., 64 anos, sócio da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019).

Essa é uma iniciativa que leva tempo, pois exige um processo de transição:

Então esse é um sistema que ele demora, mas que é preciso ser trabalhado, ser tomado uma consciência por parte das pessoas, pra que o planeta dê uma respirada, porque ele já tá querendo morrer, ele não tá aguentando mais a poluição que tem, o volume muito grande de veneno, de produtos químicos. Então tá precisando uma resposta dos próprios habitantes desse planeta, que é o homem e a mulher. (R. B. A., 59 anos, sócio fundador da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019).

Isso ajuda a explicar a aproximação com a Rede Jirau de Agroecologia, uma vez

que a Cofruta já domina aspectos importantes da agroindustrialização e comercialização, necessitando melhorar e avançar os sistemas produtivos, voltados para os sistemas de produção agroecológicos.

Em suma, o trabalho dos(as) sócios(as) se localiza nas unidades familiares, de modo individualizado, nas atividades de escritório realizado pela diretoria, com igual remuneração para cada membro da diretoria (pró-labore) e, nas atividades na planta agroindustrial, com a mesma remuneração entre esses(as) sócios(as) trabalhadores(as), que corresponde a igual quantia dos(as) diretores(as). Os serviços prestados pela cooperativa são: a) negociação de mercado, contratualização, agregação de volume (PNAE, PAA⁵ e Natura), b) Beneficiamento da produção (polpas, sementes) e c) assistência técnica no manejo do agroecossistema (SAF e Agroecologia) e na coleta, seleção e cuidados com as sementes.

Sintetizando a análise a partir do modelo elaborado, tem-se que o trabalho é realizado por sócios(as) trabalhadores(as), indicados pelo conjunto de sócios(as), e participando das decisões. A tomada de decisão compreende três instâncias atuantes: uma direção eleita, um conselho com representação dos grupos locais de sócios(as), trabalhadores(as) da agroindústria e assistência técnica, além da assembleia geral anual. A cooperativa mantém um planejamento trianual participativo e toma as decisões de comercialização em estreita discussão com os(as) sócios(as). Respeitadas as devidas proporções, é um esforço em direção à autogestão, tal como descrito por Schneider (1999) na Cotrijui. Não foram observadas atividades de solidariedade com as comunidades, a partir de iniciativas da cooperativa, mas essas relações são presentes entre os associados ao nível das comunidades.

COOPERATIVISMO CAMPONÊS: ENTRE A EMANCIPAÇÃO E ADAPTAÇÃO

O papel do cooperativismo na emancipação dos camponeses e camponesas é a centralidade desta análise. O trabalho, a gestão das cooperativas e os processos de solidariedade presentes na vida das entidades ajudam a perceber até que ponto uma cooperativa está caminhando no sentido da emancipação ou subordinação, se tem um projeto social de transformação ou apenas de adaptação.

5 A Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) são uma política e um programa, nos quais o Estado realiza compras institucionais, principalmente de associações e cooperativas. Em 2021 o PAA mudou de nome para Alimenta Brasil, porém foi esvaziado em seu orçamento.



É necessário ressaltar que não é um modelo dualista entre o bom e o mau, como afirma Shanin (2017, p. 336). Esse tipo de modelo analítico, que divide tudo “entre nós e os nossos contra o mau e o feio e tudo mais se ignora”, pode levar a equívocos e não ajuda a entender melhor a realidade.

O que se percebe, a partir do resultado empírico é que, apesar de conceitualmente as correntes cooperativistas terem lados opostos no processo de emancipação, a cooperativa estudada não se encaixa na pureza teórica das correntes.

Essa lacuna entre teoria e prática, é de se esperar, pois a ideologia pode ser uma, mas a base material se dá, geralmente, no mercado capitalista. A cooperativa é, portanto, “pela sua essência um ser híbrido na economia capitalista” (Luxemburgo, 2001, p. 80), a qual tem a produção dominada pela troca, submetendo o trabalho aos interesses do capital.

A reflexão a partir do caso da COFRUTA é apenas um ponto na realidade do Pará e, conseqüentemente, uma parte da realidade amazônica, e carrega concepções, contradições e novidades, que ao passo que sofre influência, ajuda a formar o cooperativismo amazônico.

O associativismo e cooperativismo no meio rural têm papel importante para o desenvolvimento territorial, sendo que, na Amazônia, significa pensar em termos de soberania e autonomia da população local, incluso o campesinato, superando as políticas verticais e paternalista do Estado (Souza, 2011).

O trabalho, a gestão e os processos de solidariedade na construção do cooperativismo camponês

O trabalho desenvolvido pelos(as) sócios(as) na Cofruta se dá tanto na agroindústria e nos serviços de escritório e ATER, quanto na unidade familiar sem um processo coletivo. Nestes casos, portanto, os meios de produção e a propriedade/posse da terra são privados. Já nos espaços coletivos, acontece trabalho associado, com meios de produção coletivos.

Isso é compreensível, e Chayanov (2017) mostra que esse trabalho na unidade familiar determina a atividade econômica da cooperativa, ao passo que a organização da cooperativa interfere num segundo momento na organização da unidade familiar, o êxito ou fracasso de um implica positivamente, ou negativamente no outro.



Para Chayanov (2017), a importância da cooperação camponesa através das cooperativas está no fato de possibilitar a organização da produção e comercialização em escala maior, através da concentração horizontal e vertical, sem, no entanto, destruir a economia familiar camponesa. Na visão do autor (Ibid.), os ganhos de escala são que justificam a cooperação, que somente é viável para uma parte das atividades de produção camponesa, enquanto a outra parte permanece mais viável na forma de trabalho individual.

Como dito, o trabalho associado está presente e ocorre nas atividades de direção ou nas estruturas coletivas, como na agroindústria. Foi notória a importância dos meios de produção coletivos para possibilitar o trabalho associado.

Discutindo gestão social, Eidelwein (2009) indica como a propriedade coletiva dos meios de produção, bens e serviços, na economia solidária, provoca mudança na estrutura das relações de trabalho, superando as classes sociais, colocando os(as) trabalhadores(as) responsáveis pelo destino dos seus próprios negócios.

Carvalho (2012), analisando empresas autogestionadas, afirma que mesmo se propondo a serem diferentes, esses empreendimentos carregam uma herança cultural patronal, reproduzindo, muitas vezes, a organização de uma empresa capitalista, com relações de subordinação, sendo necessárias mudanças nesse tipo de prática. A Cofruta caminha pela autogestão, tentando estabelecer processos democráticos, mas esbarra em certa falta de participação, apesar dos processos, estruturas e dispositivos criados pela cooperativa, como os grupos e reuniões ampliadas para informes e decisão de temas específicos, que poderiam ser tomadas pela diretoria.

Essa solução, no sentido de melhorar a transparência nas tomadas de decisão e gestão mais democrática, vem da experiência da luta e organização sindical experienciada pelos(as) fundadores(as) da Cofruta. A cooperativa constituiu um sistema de tomada de decisão e circulação da informação, através dos grupos de base, conselho administrativo amplo, associado à diretoria, além das reuniões com os(as) sócios(as) para informação e decisão, por exemplo, do preço pelo qual será comprada a produção.

A ideologia da economia solidária, com seus princípios e filosofia, promove um caminho para a emancipação, o que pode ser observado de fato, na prática de alguns dos empreendimentos. Contudo, não se pode generalizar, pois no cotidiano a economia de mercado impõe sua racionalidade de competitividade e individualismo, dentre outras, já



que essa é a lógica econômica hegemônica da sociedade atual (Eidelwein, 2009).

Eidelwein (2009) defende que a Economia Solidária, como possibilidade de modelo de gestão social, precisa ser reafirmada nos seus valores, que para a autora se resumem em democracia participativa. Isso implica no controle coletivo dos meios de produção, na autogestão da produção e dos bens e/ou serviços produzidos, além das ações voltadas para um desenvolvimento econômico e social sustentável e justo (Eidelwein, 2009).

Ainda sobre gestão, a empresa Natura tem feito movimento de formar pessoas de diversas cooperativas da região mediante cursos, no intuito de capacitar recursos humanos para gerirem essas organizações com as quais a empresa estabelece relação comercial, de modo a otimizar os processos gerenciais. A Cofruta é uma dessas cooperativas que participam desse curso modular de gestão organizacional. A lógica de gestão defendida pela empresa está relacionada ao cooperativismo tradicional/empresarial, o que pode ser comprovado no material didático do curso. Como é uma ação nova, que está em curso, não se pode prever o futuro, mas levanta-se a seguinte questão: esse processo de formação e capacitação realizado pela Natura vai alterar as práticas autogestionárias que já se encontram em curso na Cofruta?

Os processos de solidariedade, sejam internos, sejam externos, para as comunidades em geral, são poucos. Isso é uma incoerência, pois a solidariedade, enquanto prática, está na essência do cooperativismo como fenômeno social, e quando essas relações da cooperativa “se esvaziam de solidariedade, o projeto cooperativo perde sua substância essencial, ou seja, retira-se dele o elemento central que é a presença ativa e comprometida do associado” (Frantz, 2012, p. 30).

Mais uma vez ponderando sobre a percepção dos processos de solidariedade externa, o que se quer deixar demarcado é que as iniciativas com intencionalidade restrita da Cofruta não existem. Enquanto organização social, deveriam estimular e praticar mais esse valor do cooperativismo. Ressalta-se que, no contexto geral das comunidades, existem outras instituições, como as associações, o sindicato e as igrejas, que têm mais possibilidades e perfil para desenvolver ações solidárias ao nível comunitário, inclusive pelo fato de estarem mais próximos das famílias.

Concepções, contradições e novidades das cooperativas camponesas no Pará

Muitas cooperativas camponesas nascem com uma concepção econômica, uma solução para se livrarem da figura do atravessador (Rocha, 2020). Mas também pode nascer com projeto de classe, como no caso da Cofruta, que tem no seu embrião a organização dos(as) camponeses(as) em torno do movimento sindical e da luta pela terra.

Então quando foi conquistado o sindicato, começou a discussão desses projetos de melhoria da agricultura, e foi criado o Centro Tipiti, que era para discutir mais profundamente essa questão de manejo, principalmente de açaizal, e de projeto pra agricultura familiar. “Com esses trabalhos do Centro Tipiti, foi aumentando a produção, principalmente do açaí, que aumentou muito. Foi criado uma associação que é a Adempa, pra correr atrás de recurso (...). Depois quando começou a aumentar volume de produção, que a gente já viu que a associação não tinha caráter comercial. Então foi a partir daí que a gente foi vendo a necessidade de criar a cooperativa, pra tá organizando a produção e tá correndo atrás de comercialização.” (A. F. S., 58 anos, sócia diretora da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019).

Quanto a esse aspecto de classe, tem-se cooperativas nascidas dos processos de lutas e de consciência de classe dos(as) trabalhadores(as), e outras sendo fomentadas a partir de assessoria externa (Benini *et al.*, 2008; Stahl; Schneider, 2013). Rios (1987) afirma que um cooperativismo das classes menos favorecidas é o único que pode contribuir com um projeto socialista. “Essa corrente busca praticar então uma forma de produção não capitalista, sem antagonismo de classes, que busca uma emancipação do trabalho” (Stahl; Schneider, 2013, p. 205).

As motivações anteriores à fundação da cooperativa, aliada à assessoria da Fase, contribuíram para que ela se desenvolvesse em um cooperativismo mais ligado à economia solidária. A cooperativa tendeu a se alinhar na proposta da economia solidária, apresentando, todavia, contradições que são compreensíveis, mas que necessitam ser refletidas e superadas. Para Tse-Tung (2004), nas práticas, nas coisas e nos processos da vida existem contradições que, caso se tenha uma intencionalidade transformadora, devem ser estudadas.

A definição do poder de uma contradição é carregada de subjetividade, e sua identificação pode ou não ser óbvia, sendo importante observá-las não com uma conotação ruim, mas potencial de mudança, seja individual, seja coletivo (Harvey, 2016). Neste estudo, identificaram-se três, que serão discutidas a seguir.

Primeiramente, trabalho nos espaços coletivos é feito em troca de uma remunera-



ção, no caso da Cofruta, pro labore. Ou seja, ainda contém um processo de reificação do trabalho, no fundo, o que vale é o valor de troca e não o valor de uso do trabalho. Essa é uma determinação do sociometabolismo do modo de produção, baseado no valor de troca e não no valor de uso, e dificulta a emancipação do indivíduo enquanto ser social (Mészáros, 2002).

A segunda contradição reside no fato de a cooperativa ser uma organização coletiva, ter a democracia como valor e a gestão democrática como princípio, porém, ainda carrega uma cultura de representatividade, implicando na diminuição da participação efetiva dos sócios. Por outro lado, têm-se iniciativas que tendem a conduzir por um caminho mais participativo, ampliando espaços de discussão e decisão.

Para além da busca dessa democracia participativa e integral, no caso específico da Cofruta, a situação geográfica, recheada de ilhas e rios, o que dificulta o deslocamento, exige um funcionamento de espaços coletivos diferenciados, para poder ser operacional.

Por fim, os poucos processos de solidariedade e ajuda comunitária, que têm origem e intencionalidade a partir da cooperativa, é uma contradição com o princípio clássico do cooperativismo, interesse pela comunidade e o valor da solidariedade. Reconhecendo que nas comunidades existem outras ações de solidariedade, porém realizadas por outras instituições, talvez explique o fato da cooperativa ter poucas iniciativas nesse sentido.

Para além das contradições, esta cooperativa camponesa, nessa parte da Amazônia, tem desenvolvido novidades ou, nos termos de Oliveira (2006), experiências inovadoras. Para o autor (Ibidem, p. 58), novidades são processos dos(as) agricultores(as) familiares que vão “assimilando e/ou adaptando novos conhecimentos, paulatinamente interferem nas estruturas locais de modo significativo e positivo, a ponto de serem motivo de interesse de instituições de ensino, pesquisa e extensão”. Identificou-se três novidades produzidas pela Cofruta.

A primeira é o manejo do agroecossistema a partir dos princípios da Agroecologia e da implantação dos SAF. No caso da Cofruta, a partir da intencionalidade da cooperativa, houve uma mudança significativa na relação dos(as) camponeses(as) com a natureza, principalmente nas famílias que moram nas ilhas.

O que nos faz ter uma certa visibilidade por parte de outras pessoas, é uma preocupação básica com o meio ambiente. Nos 25 anos atrás, 20 anos atrás, nós tínhamos umas áreas de ilha totalmente degradada, porque era área que



cultivava cana-de-açúcar, então só tinha cana, era monocultura propriamente dita. E nós fizemos um trabalho, sindicato, associação, ONG's e também a universidade, e fomos introduzindo, estudar a possibilidade de valorizar o cultivo do açaí, e ao valorizar o fruto do açaí, as pessoas tomaram consciência que tinham que cuidar do que a natureza nos dá, de preservar, e introduzir outras essências, tipo andiroba, cuuba, preservar os miritizeiros que tem, muru-muru, enfim, preservar outras espécies. E isso, nos últimos cinco anos, pelo que a gente avalia, conseguimos ver um negócio importante que é o não uso de fogo nessas áreas (...). Então eu acho que é uma riqueza tanto para as pessoas, quanto para o meio ambiente. De forma coletiva, acho que isso é muito legal. (R. B. A., 59 anos, sócio fundador da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019).

A segunda novidade é a forma encontrada de dividir as sobras, sem gerar atrito entre os(as) sócios(as). Uma primeira tentativa de dividir as sobras de modo proporcional para cada associado(a) da Cofruta, conforme este ou esta comercializou via ato cooperativo, gerou problema por falta de entendimento de que algumas pessoas iriam receber mais que outras. A solução para os anos seguintes foi inserir o valor da sobra no preço de compra do produto. O sócio responsável pela contabilidade da cooperativa explica como se dá esse processo.

50% é revestida pra dentro das unidades. 50% era pra vir para o agricultor, mas em assembléia nós fizemos divisória de sobra uma vez só durante esses 17 anos. Deu um pouco de confusão, porque a maioria das pessoas não entendeu o que é repartimento de sobra. Teve gente que levou R\$ 2,00, teve gente que levou R\$ 50,00. E aí não é paritário divisão de sobra, o processo é por participação, o quanto você entrega. Então tomamos uma decisão em assembléia que as sobras já vinham no valor do produto, exemplo, estão pagando 26 no açaí, nós vamos pagar 28, o dois é que já é a parte da sobra. Isso foi decidido em assembléia e isso funciona até hoje. Desde essa época, acho que foi em 2004, 2003, 2005, por aí, a cooperativa fica com a parte dela e do associado vai junto com o produto que entrega. (C. C. B., 47 anos, sócio fundador da Cofruta, entrevista concedida em out. 2019).

Pinho (2004) afirma que existem polêmicas a respeito do retorno das sobras de modo proporcional aos atos cooperativos dos(as) sócios(as) e que, em alguns países, se pratica uma política ativa de preços. Ao que se sabe, considerando as cooperativas da região, a Cofruta foi a única na qual se observou essa prática.

De fato, isso não é repartição da sobra, podendo ser considerado uma antecipação dela; é, contudo, sem ferir o princípio da participação econômica dos membros, uma solução de aumentar a renda dos(as) camponeses(as) de maneira proporcional à sua comercialização com a cooperativa. Além do que, com um preço acima do mercado local, diminui

a possibilidade de algum(a) sócio(a) comercializar com atravessador, principalmente na base associada a Cofruta, de característica ribeirinha.

A terceira e última novidade é o funcionamento dos conselhos para democratizar a tomada de decisão, que surge da experiência sindical e da necessidade concreta da realidade das ilhas e rios amazônicos. Essas “competências coletivas da Cofruta potencializam a autogestão para seu fortalecimento enquanto empreendimento solidário” (Chaves *et al.*, 2016, p. 10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando essa cooperativa camponesa, localizada na região geográfica Intermediária de Belém, considerando também as correntes do cooperativismo que se desenvolveram no Brasil, é resultado da análise a partir do modelo analítico proposto nesse estudo, percebeu-se que a cooperativa em questão transita entre as duas correntes, tendendo para o cooperativismo popular e solidário.

Neste trabalho, a análise empreendida mostra que a cooperativa camponesa estudada, de modo geral, tem suas ações concebidas a partir da luta de classe e visa melhoria de renda a partir da comercialização dos produtos da agricultura. Assim, possibilitar melhoria na qualidade de vida como um todo, seja nas condições de moradia, transporte, alimentação, educação, saúde, etc. Isso pode ser percebido nas novidades produzidas pela Cofruta.

Apesar das instâncias de decisão como reuniões de diretoria, grupos (conselho administrativo) e assembleias acontecerem, a metodologia não permitiu avaliar a grau de participação dos(as) cooperados(as), o que é de suma importância para a consolidação de um cooperativismo autogestionado e camponês. No entanto, algumas decisões estratégicas foram tomadas em função dos interesses dos associados, o que demonstra o caráter solidário da governança da cooperativa: antecipação da distribuição de sobras, oferta de assistência técnica e empregos para o quadro social, qualificação da produção e sustentabilidade da agricultura.

Os dados, sobre comercialização com não sócios(as), levam a reflexão que existe uma necessidade material para a reprodução econômica de uma cooperativa camponesa nesta região, que pode ser influenciada fortemente pelos tipos de produtos, seus manejos e suas sazonalidades, mas também pelo tamanho da terra, o que não foi investigado. Outra



possibilidade é que talvez ocorram desajustes entre o quadro social e a escala de produção, com o volume demandado para comercialização.

Em suas práticas, não aparecem a existência de ações de solidariedade externa por iniciativa da própria cooperativa, em contraposição à presença marcante da intercooperação, porém a metodologia não permitiu qualificar essas relações entre as cooperativas.

REFERÊNCIAS

ANDERLE, Fábio; BAGGIO, Daniel Knebel. **Distribuição das sobras do exercício: método de rateio e fidelização do associado, o caso da Coopermil.** 2016. Trabalho de conclusão de curso (Pós-graduação lato sensu em MBA em Gestão de Cooperativas), UNIJUÍ, 2016.

ANDRADE, M. C. L; ASSUMPCÃO, L. F. M. Cooperativismo (d)e trabalho: algumas reflexões sobre o instituto após o advento da lei nº 12.690/12. **Revista Episteme Transversalis**, v. 6, n.1, p. 1-13, 2014.

BECKER, H. S. Observação social e estudos de caso sociais. *In*: BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 117-133.

BENINI, É. A. *et. al.* A práxis do trabalho associado: da economia solidária para a perspectiva da solidariedade orgânica e autogestão societal. **Rev. org & demo**. Marília, v. 13, n. 2, p. 9-20, jul./dez., 2012.

BENINI, E. G. *et al.* Cooperativismo e cooperativismo: reflexões sobre a economia solidária. **Anais**. 46. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Rio Branco, AC, 20-23 jul. 2008.

BRUMER, A. *et al.* A elaboração de projeto de pesquisa em Ciências Sociais. *In*: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. (org.) **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 125-146.

CALDART, R. S. Reforma agrária popular e pesquisa: desafios de conteúdo e forma de



produção científica. *In*: CALDART, R. S.; ALENTEJANO, P. (org.). **MST, universidade e pesquisa**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 137-169.

CARVALHO, H. M. de. As lutas sociais no campo: modelos de produção em confronto. *In*: CALDART, R. S.; ALENTEJANO, P. (org.). **MST, universidade e pesquisa**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 17-38.

CARVALHO, M. C. **Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo**: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Auto-gestão. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012. 118 f.

CHAVES, H. T. et al. A autogestão para além das competências coletivas: o caso Cofruta. **Anais do 7. Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, Belém, p. 1-21, 2016.

CHAYANOV, A. V. **A teoria das cooperativas camponesas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. 291 p.

CHIARIELLO, Caio L. **Análise da gestão de cooperativas rurais tradicionais e populares**: estudo de casos na Cocamar e Copavi. 2008. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção). Universidade Federal de São Carlos, 2008.151 f.

DESROCHE, H. Sobre o projeto cooperativo: democracia, animação e ética. *In*: THIOLENT, M (org.). **Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche**. São Carlos:EdUFSCar, 2006. p. 131-154.

EIDELWEIN, K. **Gestão Social**: a economia solidária como possibilidade de modelo. *Rev. JURIS*, Rio Grande/RS, v. 14, p. 41-54, 2009.

FARIAS, Elielson Soares. **Cooperativa Agroleiteira da Transamazônica (COOPE-**



TRA): fatores que influenciaram na sua persistência. 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – NCADR/UFPA, Belém, 2014.

FRANÇA, G. C. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. *Rev. Soc. Estado.*, v.16, n.1-2, p.245-275, dez. 2001.

FRANTZ, W. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. 162 p.

FREITAS, L. C. Materialismo histórico-dialético: pontos e contrapontos. *In: DALMAGRO, S. L. (org.). II Seminário nacional: o MST e a pesquisa*. Veranópolis: ITERRA, 2007. p. 45-59.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016. 297 p.

IASI, M. L. **As metamorfoses da consciência de classe: o pt entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 582 p.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. *In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 137-155.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução?** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 134 p.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002. 1103 p.

OLIVEIRA, J. S. R. **Uso do território, experiências inovadoras e sustentabilidade: um estudo em unidades de produção familiar de agricultores na área de abrangência do programa Proambiente, Nordeste Paraense**. 2006. 131 f. Dissertação de Mestrado (Pro-



grama de Pós-graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – NCADR/UFPA, Belém, 2006.

OLIVEIRA, R; C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Rev. de Antrop.**, v. 39, n. 1. São Paulo, USP, p. 13-37, 1996.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária.** São Paulo: Saraiva, 2004. 341 p.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 376 p.

REIS, Maria Nazaré F. **Dinâmica do cooperativismo alternativo na Bragantina, Estado do Pará: agricultores familiares no caminho da participação e da gestão.** Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Belém: NEAF/CA/UFPA; Embrapa Amazônia Oriental, 2002. 231p.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. 69 p.

ROCHA, André Carlos de Oliveira Rocha. **Trajetórias e concepções das cooperativas camponesas no nordeste paraense.** 2020. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares). Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.114 f.

RODRIGUES, D. M. **A COOPAEXPA e participação nos seus núcleos de produção.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2009.

SANTOS, A. V. P. **A relevância de movimentos sociais de base na construção de trajetórias de desenvolvimento nas organizações: estudo comparativo entre o papel da**



APAEB (BA) e da COOPFRUT (PA). 2012. Dissertação (Mestrado). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém 2012 125 f.

SANTOS, L. C. B. **Cooperação e conflitos na gestão da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã, Estado do Pará**. 2016. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2016.

SANTOS, A. R. S.; BENJAMIN, A. M. S, **Rede jirau de agroecologia: uma inovação estratégica para mobilização social no Baixo Tocantins – PA**. Rev. Tecnol. Soc., v. 15, n. 38, p. 90-113, out./dez. 2019.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999. 496 p.

SCHNEIDER, S. Prefácio à edição brasileira. *In*: CHAYANOV, A. **A teoria das cooperativas camponesas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 7-10.

SHANIN, T. O marxismo e as tradições revolucionárias locais. *In*: SHANIN, T. (org.). **Marx tardio e a via russa: Marx e as periferias do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 335-382.

SILVA, R. M. A. **Economia solidária: estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário**. Slides de aula. Disciplina: Economia Solidária e Cooperativismo, mestrado profissional, PPGDRGEA, IFPA/Castanhal, ago. 2018.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. *In*: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 7-28.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 5. reimp. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2012. 127 p.



SOUZA, A. L. **Trabalho e desenvolvimento territorial na Amazônia oriental: a experiência da rede de desenvolvimento rural do baixo Tocantins (PA)**. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011. 220 f.

SOUZA, M. L. M. **Empreendimentos de economia solidária e desenvolvimento local sustentável na Amazônia paraense: fatores que influenciam para o desempenho de cooperativas de produção**. 2009. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia). Belém: NUMA/Universidade Federal do Pará, 2009. 166 f.

SOUZA, M. M. O. O movimento cooperativista no Brasil: uma reflexão sobre formação, desenvolvimento e perspectivas. **Rev. Cam. de Geograf.** Uberlândia, v. 10, n. 30, p. 65-78, jun., 2009.

STAHL, R. L.; SCHNEIDER, J. O. As interfaces entre cooperativismo e economia solidária. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 49, n. 2, p. 197-206, mai./ago., 2013.

TSE-TUNG, M. **Sobre a prática e sobre a contradição**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 95 p.

